

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI  
CAMPUS PARNAÍBA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM FILOSOFIA

MYRIA FERNANDA NUNES ARAÚJO

**A VITÓRIA DO *ANIMAL LABORANS* NA ERA MODERNA A PARTIR  
DO PENSAMENTO POLÍTICO DE HANNAH ARENDT.**

Parnaíba – PI

2017

MYRIA FERNANDA NUNES ARAÚJO

**A VITÓRIA DO *ANIMAL LABORANS* NA ERA MODERNA A PARTIR  
DO PENSAMENTO POLÍTICO DE HANNAH ARENDT**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Licenciatura plena em Filosofia, como requisito parcial para a obtenção do título de graduada em Filosofia, sob a orientação da prof. Msc. Halanne Fontenele Barros.

Parnaíba – PI

2017

MYRIA FERNANDA NUNES ARAÚJO

**A VITÓRIA DO *ANIMAL LABORANS* NA ERA MODERNA A PARTIR  
DO PENSAMENTO POLÍTICO DE HANNAH ARENDT.**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Licenciatura plena em Filosofia, como requisito parcial para a obtenção do título de graduada em Filosofia, sob a orientação da prof. Msc. Halanne Fontenele Barros.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Msc. Francisco Winston José da Silva

---

Prof. Msc. Halanne Fontenele Barros

---

Prof. Msc. Paulo Thiago Alves Sousa

Dedico à minha família, em especial, aos meus pais e, sobretudo a Deus, incentivador espiritual que, a todo o momento, esteve comigo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por todas as coisas. Gostaria de manifestar minha imensa gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para que esse trabalho se concretizasse, em especial, aos meus pais, Francisco das Chagas Araújo e Maria Auxiliadora Nunes dos Santos, pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida. Aos meus amigos, que me impulsionaram a continuar quando eu mais quis desistir, suas palavras de encorajamento e apoio nos momentos difíceis, foram cruciais na busca por concluir esse trabalho. Aos meus professores, pela confiança depositada no meu trabalho, amizade e empenho em me ajudar sempre.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar algumas considerações feitas pela autora Hannah Arendt em seus estudos, em especial na obra, *A Condição humana*. Nesta obra, Arendt destaca que na era moderna sucedem intensas mudanças em relação à origem do pensamento político grego, uma delas é o desaparecimento da linha divisória entre esfera pública e esfera privada, fato que faz surgir a esfera do social, onde as atividades desempenhadas no interior da vida ativa sofrem uma alteração em seu grau de importância, e assim nasce um homem que dedica mais tempo ao corpo do que ao mundo. Deste modo, este estudo dedicar-se-á a análise de como essas transformações implicaram, dentre outras coisas, no que a autora definiu como “vitória do *animal laborans*”. Para melhor compreender essa vitória do *animal laborans* é necessário expor como se configurou o advento do social, que coincide com a exaltação, na era moderna, de uma das atividades expressas pela *vita activa*, a saber, a atividade do trabalho. Na lógica do homem laborante o consumo é o que nutre a vida, e a política deixa de ser um campo de revelação dos homens para ser um aparelho de manutenção da vida humana, logo, a ação espontânea entre os homens é substituída pelo comportamento massificado e conformista. Nesse sentido, esse estudo empenha-se em mostrar a pertinência e a atualidade do pensamento de Arendt com olhar crítico e investigativo na busca por entender a perda pela estima em participar e pertencer a esfera pública e política e como surge o conformismo das massas.

**Palavras-chave:** Hannah Arendt, vitória do *animal laborans*, trabalho

## ABSTRACT

The present work aims to analyze some elevations made by the author Hannah Arendt in her studies, especially in the work, *The Human Condition*. In this work, Arendt points out that in the modern era there are intense changes in relation to the origin of Greek political thought, one of them is the disappearance on the dividing line between the public sphere and the private sphere that brings up the social sphere, where the activities performed within the active life suffer a change in their degree of importance, and so is born a man who devotes more time to the body than to the world. Thus, this study will focus on the analysis of how these transformations implied, among other things, in what the author defines as the victory of animal laborans. To better understand this victory of the animal laborans, it is necessary to set forth how the advent of the social has been configured, which coincides with the exaltation, in the modern era, of one of the activities expressed by active activity, namely, work activity. In the logic of the laboring man consumption is what nourishes life, and politics ceases to be a field of revelation of men to be an apparatus of maintenance of human life, so spontaneous action among men is replaced by mass behavior and conformist. In this sense, this study strives to show the relevance and timeliness of Arendt's thinking with a critical and investigative look at the search for understanding the loss of esteem in participating and belonging to the public and political sphere and how the conformism of the masses arises.

**Keywords:** Hannah Arendt, victory of the *animallaborans*, work

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
CAPÍTULO I -O BINÔMIO PÚBLICO-PRIVADO.....	12
1 As atividades humanas e a <i>vita activa</i> .....	12
1.1 Liberdade e Necessidade: as esferas pública e privada.....	16
CAPÍTULO II - A INDISTINÇÃO ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO PRIVADO.....	25
2 A esfera do Social.....	25
2.1 O papel do <i>homo faber</i> .....	31
CAPÍTULO III - O <i>ANIMAL LABORANS</i> E O TRABALHO DE SEU CORPO.....	39
3 O <i>Animal Laborans</i> .....	39
3.1 A vitória do <i>animal laborans</i> na era moderna.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	52



## INTRODUÇÃO

O fundamento deste trabalho é a obra da filósofa alemã Hannah Arendt, que viveu entre os anos de 1906 e 1975. Arendt possui uma vasta obra política, onde pensar o mundo moderno e o que o homem tem feito neste mundo, estabelecendo um retorno metodológico a vários momentos da história da humanidade, de tal modo que chega a denunciar a grande tradição filosófica como sendo incapaz de responder as perguntas que fazemos sobre o mundo. Esta crítica, bem como o método de retorno ao passado histórico e filosófico estabelecido por Arendt, faz surgir novas e pequenas tradições, que passam a ajudar a autora na compreensão dos fatos políticos do século XX, o que acaba por revelar um pensar filosófico independente e original por parte de Arendt.

A autora alemã se interessar pelas questões do mundo político, no momento em que percebe que não podia ficar calada diante dos horrores cometidos pelo movimento nazista na Europa do século XX. Arendt dizia que não podia se abster de agir no mundo enquanto sujeito político, sobretudo pelo fato de ser judia e entender que naquele momento os tempos eram sombrios, tanto para os judeus como para aqueles que desejam experimentar a simples liberdade que só é possível no mundo entre os homens. Foi a solução final inaugurada pelo regime nazista, os campos de concentração enquanto máquina de extermínio em massa, que pôs Arendt a pensar sobre o mundo e porque tudo aquilo tinha sido possível.

Na obra *A condição Humana* (2010), Arendt faz um retorno ao mundo antigo remetendo-se a *pólis* grega e evocando uma importante distinção vivenciada nesse período, a saber, a dicotomia explícita entre as esferas pública e privada. Essa diferenciação existente entre as duas esferas no mundo antigo, segundo Arendt, é suprimida pela efetivação da esfera do social na era moderna, o que implica uma série de mudanças no sentido da política e na postura do homem no espaço mundano. Arendt observa que com o surgimento da esfera do social, enquanto esfera híbrida entre o que é público e o que é privado, ocorre o aparecimento

das sociedades de massa, onde a atividade mais importante desempenhada pelos homens que nela vivem é a atividade do trabalho, que possui como característica primordial o ritmo metabólico do processo natural do corpo e todas as urgências que são típicas do homem enquanto sujeito animal.

Na tentativa de explicar como se constituiu o panorama até então apresentado, este trabalho inicialmente abordará, na análise de Hannah Arendt, como se consolidou a esfera do social, destacando sua reflexão acerca das atividades apontadas na *vita activa*: trabalho, obra e ação, consideração fundamental para compreensão de maior parte dos conceitos arendtianos. A *vita activa*, da qual Arendt cita na obra *A Condição Humana* engloba todas estas atividades, de modo que este estilo de vida admite a harmoniosa existência das três atividades humanas fundamentais já citadas, porém com a configuração da esfera social. Na era moderna acontecem modificações estruturais e contrárias a *vita activa*, as quais fomentam a vitória do *animal laborans*.

Para entendermos o que vem a ser a esfera do social, no segundo momento deste trabalho, procurou-se evidenciar que na obra de Arendt faz-se necessário entendermos primeiro o que se percebe por esfera privada e esfera pública. A respeito da primeira esfera, Arendt diz ser o campo para o qual comporta as necessidades elementares a vida humana, necessidades estas, vivenciadas na privacidade do lar onde os sujeitos estão de fato privados de acontecimentos e do convívio que lhes permitam apreciar a realidade, sendo isto, um impeditivo para uma vida genuinamente humana. Já a segunda esfera, Arendt nos fala que é o espaço da pluralidade, no qual somente o homem livre, isto é, aquele que conseguir se libertar das necessidades encontradas na esfera privada pode através da ação e do discurso, do revelar-se politicamente, ser aceito e ouvido entre seus pares, deixando sua marca no mundo.

Para a autora, o que ocorre na era moderna após o desaparecimento na linha divisória entre esfera pública e esfera privada é o nascimento da esfera do social, onde as

atividades desempenhadas no interior da vida ativa sofrem uma alteração em seu grau de importância, e assim nasce um homem que dedica mais tempo ao corpo do que ao mundo, ou seja, na esfera do social a atividade mais importante desempenhada pelo homem é o trabalho e a que menos vai importar é a atividade da política, o que para Arendt faz surgir consequências gravíssimas no mundo dos homens. A autora defende que com a supremacia do trabalho na era moderna o homem aliena-se do mundo e com isso faz desaparecer a atividade da ação política e assim, a capacidade que o homem tem de revelar-se no mundo enquanto sujeito político. Para Arendt, neste momento ocorre o que ela chama de vitória do *animal laborans*, a própria biologização da vida como um todo, momento em que o homem resume-se a um mero animal que tem como supremo objetivo suprir apenas as urgências que a vida e o corpo lhe impõem.

Deste modo, para melhor compreender essa vitória do animal laborante, bem como essa impossibilidade de revelação do homem enquanto sujeito político, apresentar-se-á como se configurou no transcurso dos acontecimentos humanos a esfera do social na análise de Arendt, buscando contribuir, a partir de uma visão filosófica, sobre como nas sociedades contemporâneas existe a dificuldade de se desempenhar a ação política, logo, de se manifestar e aparecer como agentes no espaço público, capacidade própria dos indivíduos que não se resumem a meros animais.

Assim, é fazendo uma fenomenologia da vida ativa, das atividades que condicionam o homem na terra, que a filósofa alemã busca pensar a biologização do homem na era moderna e seu quase que completo alheamento do mundo político. Arendt é contundente em sua crítica a ponto de nos perguntar em diversas passagens de sua obra: A política ainda possui algum sentido? Pensar a esfera do social é pensar sobretudo se ainda estamos aptos a pensar se existe política e ação entre nós.

## CAPÍTULO 1 - O BINÔMIO PÚBLICO-PRIVADO

### 1. As Atividades Humanas e a *Vita Activa*

Hannah Arendt, se auto define como, uma estudiosa que pensa o mundo, e que se encontra em uma posição de difícil ajuste ou definição nas atuais vertentes e estudos acadêmicos em relação aos juízos ideológicos e políticos. Ainda que tenha uma clara disposição política, a mesma coloca que seu pensamento não possui, por assim dizer, princípios metodológicos ou sustentáculos que o apoiem<sup>1</sup>, portanto, de modo original na organização de suas ideias, a autora busca analisar através de suas pesquisas, nomeadamente na obra *A Condição Humana*, uma arquitetural configuração teórica e histórica do pensamento, relativo a circunstâncias e fatos que no decorrer do tempo comportaram subsídios para compreensão crítica do que se demonstra no período moderno e, por conseguinte no homem moderno.

Nessa análise, Hannah Arendt expressa vigorosa referência ao mundo grego, remetendo-se a esse momento histórico, e analisando o termo *vita activa* compreendido e vivenciado também nesse período, ressaltando as três atividades humanas fundamentais: o trabalho, a obra e a ação. A explanação acerca dessas três atividades faz-se de extrema relevância para a compreensão e estabelecimento de relações conceituais em todo o pensamento da autora, pois a partir do significado e posicionamentos de cada atividade é que será possível a análise de conceitos estabelecidos por Hannah Arendt.

---

<sup>1</sup>A respeito disso André Duarte (2013, p. 39) explica: “o pensamento político arendtiano, cuja originalidade e independência com relação aos critérios ideológicos clássicos, tais como direita e esquerda, frequentemente desconcerta seus leitores, tanto mais que a própria autora não revela os princípios metodológicos fundamentais que orientam seu pensamento. A hipótese é que a principal característica do pensamento político arendtiano reside em sua capacidade de distinguir e relacionar conceitos. Esta interpretação opõe-se às leituras que enfatizam o caráter rígido e dicotômico das distinções arendtianas, aspecto que as tornariam inviáveis para a discussão de problemas políticos contemporâneos. Com relação a essas críticas, argumento que, frente à ruptura da tradição, Arendt exercita um pensamento “sem amparos”, nem dialético nem esquemático, mas que simultaneamente distingue e relaciona conceitos opostos, tornando-os inteligíveis por meio de sua confrontação e complementaridade.”.

Deste modo, a atividade do trabalho, pautada pelo movimento biológico incessante da dimensão corpórea, entendido como a própria vida, é a atividade que apresenta os elementos para a caracterização do *animal laborans*. Indicador, na era moderna, do aniquilamento das coisas pelo uso e consumo, tal como ocorre no metabolismo de um organismo vivo, as necessidades do *animal laborans* são esgotadas pelo consumo.

A percepção do trabalho como atividade mais arraigada às condições igualmente animais do homem, ou seja, que não nos diferencia dos outros animais e que, presas às necessidades fundamentais colocam-nos numa condição de escravidão, é fator elementar para que o pensamento grego imponha seu distanciamento da esfera pública. Quanto a isso Hannah Arendt (2010, p. 142):

A única atividade que corresponde estritamente à experiência da não mundanidade, ou, antes, à perda do mundo que ocorre na dor, é a do trabalho, na qual o corpo humano, embora em atividade, também é lançado para dentro de si mesmo, concentra-se apenas em seu próprio estar vivo e permanece preso ao seu metabolismo com a natureza sem jamais transcender ou liberta-se do ciclo recorrente do seu funcionamento. (ARENDR, 2010, p. 142)

Durante a antiguidade a atividade do trabalho estava em posição inferior a qualquer outra atividade na hierarquia dentro da *vita activa*, dado sua vinculação com o campo das necessidades e por não nos diferir em absoluto aos outros animais, se refere aquelas atividades que não deixam vestígio, que são parte do processo de manutenção da vida, pois sua execução e sua decorrência desaparecem com a mesma veemência, visto que é efeito do ciclo metabólico e constitucional do homem.

É dada ênfase ainda em *A condição humana*, para a distinção proposta pela autora entre trabalho e obra, que segundo ela foi ignorado pela tradição do pensamento ocidental quando utilizaram tais vocábulos, isto é, trabalho e obra, como sinônimos. Desse modo, para Hannah Arendt a obra diferente do trabalho, assinala-se pelo exercício da criação do mundo artificial produzido pelo homem, consisti na fabricação da mundanidade durável, na qual o uso desse material não causa seu desaparecimento. A referida expressão, mencionada por

Arendt, “a obra de nossas mãos”, faz alusão ao processo de fabricação desses componentes, a saber, o artefato humano, que provavelmente durará mais que a própria existência de seu criador, o *homofaber*. Como afirma a autora (, 2010, p. 150):

As ferramentas e instrumentos, que podem suavizar consideravelmente o esforço do trabalho, não são produtos do trabalho, mas da obra; não pertencem ao processo do consumo, mas são parte integrante do mundo de objetos de uso. Não importa quão relevante seja o papel que desempenham no trabalho de qualquer civilização dada, jamais pode atingir a importância fundamental das ferramentas para todo tipo de obra. Nenhuma obra pode ser produzida sem ferramentas, e o nascimento do *homo faber* e o surgimento de um mundo de coisas feito pelo homem são, na verdade, contemporâneos da descoberta de ferramentas e de instrumentos. Do ponto de vista do trabalho, as ferramentas reforçam e multiplicam a força humana até quase substituí-la, como ocorre em todos os casos nos quais as forças naturais, como os animais domésticos, a força hidráulica ou a eletricidade e não meras coisas materiais, são domadas pelo homem. (ARENDDT, 2010, p. 150).

Fica claro que ao transformar o material extraído da natureza em artifício humano, essa fabricação, mesmo tendo fim previsível e variável é estimada pela produção do mundo artificial e pela durabilidade que implicam. De tal modo, o produto feito pela obra, mesmo desgastado pelo uso, mostra respectiva independência em relação a seu produtor, o *homo faber*. Além dessa objetividade que cabe a obra ela demanda para sua produção uma idealização, na qual essa ideia se dá a partir da experiência externa, e faz-se motora para a criação do artefato, permanecendo para além do produto acabado. Nesse aspecto a atividade da obra estabelece certa resistência ao incontrolável abatimento do processo destrutivo das necessidades marcando ainda mais a caracterização da obra e sua distinção em relação ao trabalho.

A distinção entre obra e trabalho é fundamental para a definição do *animal laborans* e do *homo faber*. A influência que os instrumentos fabricados pelo *homo faber* têm acerca do emprego destes utensílios pelo *animal laborans*, marca a frequente relação que ocorre entre trabalho e obra, precisamente na era moderna, quando nas sociedades de massas as ferramentas adquirem um valor até mais que instrumental passando de mero instrumento para instituidor de dominação dos corpos laborantes no ritmo do processo de trabalho. Para Arendt (2010, p.182):

O que preside o processo de trabalho e todos os processos da obra executados à maneira do trabalho não são o esforço propositado do homem nem o produto que ele possa desejar, mas o próprio movimento do processo e o ritmo que este impõe aos trabalhadores. Os utensílios do trabalho são tragados por esse ritmo até que o corpo e a ferramenta volteiem no mesmo movimento repetitivo, isto é, até que, no uso das máquinas \_ que, dentre todos os utensílios, melhor se ajustam à execução do *animal laborans*\_ já não é o movimento do corpo que determina o movimento do utensílio, mas sim o movimento da máquina que compele os movimentos do corpo.

Nessa perspectiva, se ponderarmos em termos de comportamento humano que o *animal laborans* com a atividade própria do trabalho, “incorpora” das máquinas aquilo que lhe serve como subsídio ao seu ritmo repetitivo do processo vital, perceber-se-á a representação na era moderna do abandono de si mesmo por parte do indivíduo, a alienação do homem em relação ao mundo se solidifica quando é levado ao extremo à perspectiva biológica e os interesses prioritários passam a ser o do corpo, que preso as necessidades vitais não possui qualquer configuração que possibilite ao homem liberdade ou participação no mundo público.

No entanto, sabe-se que a atividade que de fato proporciona o aparecimento do homem no debate acerca do bem comum, e que é extremamente apreciada por ser digna de ser manifesta publicamente, no âmbito da *vita activa*, é a ação. Esta por sua vez, é a atividade que se dá na pluralidade dos homens, espaço no qual o homem é capaz de revelar-se através do discurso e do agir político. “Para Arendt, a política e o poder surgem originariamente do espaço da aparência que vem a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação” (DUARTE, 2013, p. 57). Expressão própria da liberdade é a ação que assinala a existência da humanidade no espaço público, na medida em que ao manifestar-se através da palavra e da ação o homem traz algo de novo ao mundo, condição da sua natalidade, pois se distingue dos demais ao manifestar quem ele é.

Sob forte influência do pensamento antigo, Hannah Arendt se remete a distinção feita por Aristóteles do homem como animal político, o *bios politikos*, e essa compreensão permiti-nos também entender o quanto a atividade da ação se faz importante na vida humana, haja vista que é através da ação, e nesta estão unidos o agir e o discurso, que o homem se

revela entre seus iguais apresentando um “quem” você é em detrimento de “o que” você é, ou seja, se distingue dos demais através das palavras e feitos.

A ação, desse modo, exige a presença do outro, necessita acontecer no campo da coletividade, pois a pluralidade é categoria fundamental para ocorrer o debate acerca de questões políticas devendo ser discutidas no espaço entre as pessoas, na esfera pública. É a esse universo plural que os homens livres de suas necessidades podem revelar-se trazendo algo de novo ao mundo, segundo Arendt, essa revelação, pela ação e discurso é como um segundo nascimento.

Compreende-se que a ação é uma capacidade singular humana de estar entre os homens, que possuem a aptidão de se distinguir pelo agir e pelo falar e que como seres únicos em meio aos demais, quando atuamos ou manifestamos nossa opinião ocorre a revelação de quem realmente somos pelas palavras e atos realizados. Isto traz a possibilidade do novo, pois no confronto de ideias se manifesta um “quem”, sendo essa identificação particular e única. Arendt fundamenta esse ponto quando menciona, “se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como um ser distinto e único entre iguais” (ARENDR, 2010, p. 223), a relação entre ação e discurso é pelo fato de juntamente promoverem a revelação de *quem* alguém é.

## **1.2 Liberdade e Necessidade: As Esferas Pública e Privada**

*A condição humana* é, assim, em primeira instância, um amplo projeto de uma filosofia política da ação, que por meio dela, procedimentos são interrompidos e iniciados na dinâmica de troca de opiniões em meio a diferentes perspectivas e, assim, causando a revelação de “quem” alguém é. Na atividade da ação seus resultados incidem em



imprevisibilidade, pois o homem sempre pode trazer algo de novo ao mundo. Essa apreciação carrega a ideia que somente pela ação e pelo discurso o mundo adquire um real significado, pois é na pluralidade e no espaço público onde acontece a relação humana específica com o mundo e somente através dela o homem se immortaliza na memória da comunidade ao revelar-se politicamente. Por tais motivos a ação é a única atividade das que compõe a *vita activa* que é considerada digna de ser exposta a luz da esfera pública.

No livro “A condição Humana” (2010), Hannah Arendt faz uma análise acerca das origens do pensamento político, de modo que retorna à Grécia clássica, afim de analisar como a atividade da política se alterou durante os períodos históricos posteriores.<sup>2</sup> Arendt demarca alguns pontos culminantes para tais mudanças. Isso posto se tenta demonstrar a forte crítica proferida por Arendt a visão estabelecida posteriormente pela tradição do pensamento ocidental, na medida em que, segundo ela, não se identifica nessa visão, condições de se fazer política e assim agir politicamente.

Quando Arendt faz um retorno ao período antigo remete-se a *pólis* grega e evoca uma importante distinção vivenciada nesse período, a saber, a dicotomia explícita entre as esferas pública e privada. A existência dessa separação admite no domínio da esfera pública a participação e reflexão política por meio da ação, mesmo que exclusivamente aos que eram avaliados como propriamente cidadãos, haja visto que avaliava-se necessário a concomitante existência entre essas esferas, pois, nessa época só poderia participar da discussão sobre os problemas de cunho coletivo, se o indivíduo fosse realmente livre, sendo possível assim a prática da escravidão. Sobre isso explica Fábio Passos:

Na Antiguidade grega, somente era acessível à esfera pública àqueles que eram detentores de uma propriedade – terras e escravos – bens que possibilitassem ao homem vencer a luta contra a necessidade da manutenção do ciclo biológico e,

---

<sup>2</sup> Esse retorno as origens do pensamento político grego é, por assim dizer, um retorno metodológico e não ideológico, pois Hannah Arendt busca através de suas investigações, as origens da ideia de política e um sentido para esta, ao entender que a tradição de pensamento político ocidental, não é capaz de explicar as experiências políticas de seu tempo. “E essa tradição, longe de abranger e conceitualizar todas as experiências políticas da humanidade ocidental, é produto de uma constelação histórica específica: o julgamento de Sócrates e o conflito entre o filósofo e a *pólis*.” (ARENDR. *A condição humana*, p. 14).

assim, lhe proporcionasse abstrair-se (*skhole*) de qualquer atividade que não fosse política. É nesse sentido que o escravo não tinha condições de se aventurar na esfera pública, pois ele não possuía uma parte do mundo. (PASSOS, 2017, p. 63).

Nessa descrição, no campo da esfera privada estavam as atividades da obra e do trabalho, respectivamente, instituidoras do que se classificou acerca do homem e suas ocupações como *homo faber* e *animal laborans*. No entanto, a clara caracterização entre esfera pública e esfera privada se perde na era moderna por meio do fenômeno social e o surgimento das sociedades de massa, e isso se deu com a imensa ascensão da atividade do trabalho para o espaço público, descaracterizando as esferas já mencionadas e criando o que hoje se entende por esfera do social.

Assim faz-se necessário entendermos primeiro o que Arendt entende por esfera privada e esfera pública. A respeito da primeira esfera, Arendt diz ser o campo para o qual suporta as necessidades elementares a vida humana, estas, vivenciadas na privacidade do lar onde os sujeitos estão de fato privados de acontecimentos e do convívio que lhes admitam observar a realidade, pois se limitam ao convívio apenas familiar, na qual o constrangimento e o domínio doméstico são impeditivos para uma vida genuinamente humana. Já a segunda esfera, Arendt nos fala que é o espaço da comunicação entre as pessoas, da participação política na pluralidade, no qual somente o homem livre, isto é, aquele que conseguir se libertar das necessidades encontradas na esfera privada pode através da ação e do discurso, ser aceito e ouvido entre seus pares nesse universo plural e deixar sua marca no mundo.

A distinção entre Esfera Pública e Privada, na *pólis grega*, sucedia como forma de centrar em cada lugar característico aquilo que se pertence respectivamente ao domínio público na esfera pública, e o que fosse de domínio privado na esfera privada, assim, localizando as atividades da vida ativa como as que poderiam ser expostas e quais seriam resguardadas no interior da casa. Nesse sentido, é importante compreender onde cada atividade se assenta, para perceber a variação posicional que as mesmas sofreram na era

moderna, com o advento do social seguido do aparecimento das sociedades massificadas. A respeito dos domínios público e privado:

Uma vez que nosso senso de realidade depende totalmente da aparência e, portanto, da existência de um domínio público no qual as coisas possam emergir da treva de uma existência resguardada, até a meia-luz que ilumina nossas vidas privada e íntima deriva, em última análise, da luz muito mais intensa do domínio público. No entanto, há muitas coisas que não podem suportar a luz implacável e radiante da constante presença de outros na cena pública; nesta, só pode ser tolerado o que é considerado relevante, digno de ser visto ou ouvido, de sorte que o irrelevante se torna automaticamente um assunto privado. É claro que isso não significa que as questões privadas sejam geralmente irrelevantes; pelo contrário, veremos que existem assuntos muito relevantes que só podem sobreviver no domínio privado. (ARENDDT, 2010, p. 63)

Demarcar as fronteiras entre as coisas públicas e as coisas privadas, ou seja, a coexistência entre essas esferas no mundo antigo revelam ainda o juízo democrático deste povo, pois, neste aspecto a organização política tinha uma preocupação com o bem comum, e em afastar do domínio público os assuntos privados e particulares, os quais compreendem as necessidades básicas da vida humana. De tal modo, para os gregos existe uma forte conexão entre as atividades da *vita activa*, trabalho, obra e ação com os espaços que as mesmas são vivenciadas, isto é, assim como as atividades na *vita activa* têm características que as dispõem em determinado ambiente, esse ambiente também pode ser qualificado em afinidade a estas atividades, essa relação é diretamente demonstrada no âmbito das Esferas Pública e Privada.

Nessas condições, a Esfera Privada é o espaço adequado as atividades do trabalho e da obra. Acerca do trabalho faz-se referência ao fato de o mesmo ser atrelado as necessidades vitais e processo rítmico biológico, desse modo, jamais poderia ser exposto, pelo contrário, o trabalho deveria restringir-se ao ambiente doméstico da privatividade, exatamente pelo empenho de ocultar tal atividade, na qual trata-se das necessidades do repetitivo metabolismo da vida. Desse modo, entendida como atividade oposta à ação, apesar disso, necessária, a atividade do trabalho autenticou durante muito tempo a escravidão,

constrangendo e condenando inúmeros indivíduos a perda da liberdade, assim como da vida propriamente humana e política, na visão arendtiana.

É necessário destacar que a esfera privada está relacionada ainda a economia (*oikos*) e a administração dos assuntos domésticos que são fundamentalmente impostos pela necessidade. Entretanto, abriga ainda a atividade responsável pela construção do artefato humano que é a obra, na qual se valida pela edificação da mundanidade dado seu caráter de utilidade, pois, essa conveniência de acrescentar ao mundo objetos e coisas úteis ao homem determina a instrumentalidade que se encontra no *homo faber*. Sendo, os utensílios feitos por ele, constituídos segundo sua serventia, logo, limitando-se apenas aos fins desejados.

Dando seguimento ainda a compreensão quanto às esferas, para a Esfera Pública se destinava a atividade da ação, a racionalidade apresentada para o estabelecimento da atividade da ação nessa esfera é a propósito da mesma, livre do constrangimento das necessidades, ser o artifício próprio da política, que é o essencial da vida humana e que se faz no espaço entre as pessoas. Nesse sentido, na visão da autora, a manifestação do homem no espaço público é a própria expressão da liberdade, sendo indispensável para a experiência da revelação na ação e na linguagem. A coisa pública, aquilo que é comum a todos, reúne as pessoas estabelecendo uma integração entre elas, assim a política pode ser classificada como a atividade de manifestação do bem comum.

Na visão arendtiana é por meio do falar e do agir na pluralidade dos homens que se estabelecem as relações políticas ocorrendo a manifestação do indivíduo. A política encontra-se no espaço público, pois predispõe a existência da liberdade precisamente manifestada na ação, quando, nesse universo plural, o homem discorre sobre o mundo público estando sob a ótica do outro. Nesse aspecto:

É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano, e essa inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato simples do nosso aparecimento físico original. Não nos é imposta pela necessidade, como o trabalho, nem desencadeada pela utilidade, como a obra. Ela pode ser estimulada pela presença de outros a cuja a companhia possamos desejar nos juntar, mas nunca é

condicionada por eles; seu impulso surge do começo que veio ao mundo quando nascemos e ao qual respondemos quando começamos algo novo por nossa própria iniciativa. (ARENDR, 2010, p. 221)

A ação tem como consequência a revelação do homem e esta revelação é propiciada na pluralidade, onde se encontram uma variedade de aspectos e pontos de vista que estabelecem uma conflitante vivência dos homens em prol do bem comum e da organização política. Contudo, na era moderna, o oposto acontece ao se admitir uma única perspectiva para a atuação dos indivíduos, deste modo, o mundo comum chega ao fim, pois a visão sobre a mundanidade aceita um modo singular, não mais plural de ver as coisas.

É na era moderna, com a abertura para o estabelecimento do episódio do social, que sucede a desfiguração do que antes se concebia como público e privado e a alteração de posicionamento das atividades da *vita activa*. O trabalho, atividade de maior necessidade de ocultação no *locus* domiciliar, passa a ser a atividade que assume enorme proporção na esfera pública, e o oposto se dá com a atividade da ação que perde sua valoração como competente, até então ao domínio público, pois os assuntos que antes eram reservados ao lar, assumem o ambiente público.

Nessa definição, nas circunstâncias modernas ao se modificar o sentido de participação da vida pública, acontece a retração e o isolamento quanto ao espaço público, antes pertencente prioritariamente a ação política e a comunicação entre os homens, e agora palco de debate dos assuntos domésticos e secundários da individuação da casa. Nesse aspecto:

Viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, estar privado de coisas essenciais a uma vida verdadeiramente humana: estar privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação “objetiva” com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privatidade reside na ausência de outros; para, o homem privado não aparece, e, portanto, é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que têm importância para ele é desprovido de interesse para os outros. (ARENDR, 2010, p. 72)

Segundo esse entendimento, nas sociedades de massa instituiu-se uma desconstrução a propósito da compreensão do que era de domínio público e o que era do domínio privado, como seria de esperar, tais domínios perdem sua forma e necessariamente coexistirem para o advento do social, esse tornar-se público a vida do homem o deixa fora da pluralidade do mundo comum, conseqüentemente diminui a possibilidade de ação, pois a experiência do ser visto e ser ouvido como pessoa é fundamental para a atuação política e perde seu sentido isoladamente.

Com o aparecimento das sociedades massificadas, esse distanciamento do indivíduo com a vida ativa ocasiona a estes homens de massa a inabilidade de se revelarem no mundo e, portanto, de exercerem a ação e o discurso que são, segundo Arendt, subsídios necessários para que ocorra essa revelação humana. A perda de crédito da atividade da ação dá-se de modo que as atitudes quanto aos assuntos políticos são abandonadas pelos homens, pois a condição que a atividade do trabalho proporciona aos indivíduos, na era moderna, classifica a conquista do *animal laborans* que se sobrepõe imperante, instaurando seu modo de vida nas sociedades de massa, não havendo assim espaço para a ação livre.

Nessa perspectiva, quando a transformação do interesse privado pelo patrimônio particular torna-se uma preocupação pública, o intuito maior na organização dessa sociedade direciona-se à acumulação e proteção de riquezas, tendo o governo, no contexto público, como função crucial proteger essa propriedade, a riqueza comum, de tal modo, que passa-se à ter no campo político apenas membros funcionais dessa organização, em que a economia do lar aparece como a principal força de desenvolvimento da sociedade e os sujeitos seguindo um padrão comportamental conduzido e manipulado. Quanto à riqueza comum, Arendt expõe:

Quando se permitiu que essa riqueza comum, resultado de atividades anteriormente relegadas à privacidade dos lares, conquistasse o domínio público, as posses privadas,[...] passaram a minar a durabilidade do mundo. É verdade que a riqueza pode ser acumulada a tal ponto que nenhuma vida individual será capaz de consumi-

la, de sorte que a família, mais que o indivíduo, vem a ser sua proprietária. No entanto, a riqueza não deixa de ser algo destinado ao uso e ao consumo, não importa quantas vidas individuais ela possa sustentar. Somente quando a riqueza se transformou em capital, cuja função principal era gerar mais capital, é que a propriedade privada igualou ou avizinhou a permanência inerente ao mundo partilhado em comum. Essa permanência, contudo, é de outra natureza: é a permanência de um processo, mais que a permanência de uma estrutura estável. (2010, p. 84)

Com os assuntos da privatividade assumindo dimensão pública, na era moderna, a economia passa a ter grande importância, destacando-se e expandindo sua organização e atuação em diferentes seguimentos. Consiste em um componente que opera ainda para a manutenção da alienação do homem em relação ao mundo e a si mesmo, pois, nas condições da intimidade, mesmo sem a ocultação de suas atividades e de seus corpos, os trabalhadores modernos permanecem distanciados da comunicação e ajuizamento da realidade, ao mesmo tempo, dos assuntos políticos, os quais só são apanhados quando acontece comunicação entre os homens, na pluralidade de aspectos e visões múltiplas.

Sem liberdade e sem o amparo nem mesmo do esconderijo do lar, pois os temas privados transferiram-se para o espaço público, na época moderna fica difícil estabelecer uma clara aparência das esferas pública e privada dado o caráter híbrido que caracteriza a esfera social. Em presença de todas essas modificações pode-se compor um gral comparativo acerca do que se tornou o homem de massa, ou *animal laborans*, sendo este análogo com o escravo da *polis* do período antigo grego, certamente pela categoria de vida atrelada às necessidades e ao processo repetitivo do metabolismo humano.

Além disso, a falta de reivindicação dos indivíduos pelo ingresso e participação no domínio público, revela o quanto a política perdeu na era moderna muito de suas características originais, algo que deve ser profundamente analisado por aqueles que acreditam, tal qual Arendt, que é nesta esfera que o homem é capaz de ser livre e revelar-se enquanto sujeito e não como um mero animal.

Relativamente desvinculado das outras atividades, ou pelo menos, do que se entendia por ação e obra, o *animal laborans*, que tem como *locus* a esfera privada, é identificado como o sujeito que, devidamente manipulado, não pensa o mundo, e aqui em específico, esse pensar se refere a fazer um juízo sobre a realidade, pois estes homens se encontram presos as coisas privadas, do comando da necessidade, e do mesmo modo, longe da interação, participação, e revelação no espaço público. Assim sendo, esse “não pensar o mundo”, dá brechas para a imposição, violência e domínio, seja físico ou ideológico de poucos sobre muitos, os homens de massa.

Se a política está relacionada à liberdade, esta, está relacionada com a cooperação manifestada no bem comum e na relação entre as pessoas, pois a política se forma na diversidade, na esfera pública. Em oposição a essa compreensão de liberdade e de universo plural, está a do interesse particular e individual, que é quando o privado se apropria do espaço público na era moderna, e ocorre a deterioração deste espaço, agora limitado a administrar as necessidades dos indivíduos, cujos, na modernidade, se encontram comprimidos à privatividade e ao processo biológico vital.



## CAPÍTULO 2 - A INDISTINÇÃO ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO PRIVADO

### 2 A esfera do Social

A análise fenomenológica de Hannah Arendt sobre a *vita activa* esboçada pelas atividades que a ela pertencem: trabalho, obra e ação, são pensadas essencialmente a partir de quais esferas, seja pública ou privada, cada uma das atividades compete. O entendimento acerca de questões como, o que diz respeito à esfera pública e o que diz respeito à esfera privada também suscitaram, para a investigação da autora na obra *A Condição Humana*, a necessidade de dirigir-se a compreensão antiga grega dessas duas esferas, acarretando na sua crítica ao que se constituiu na era moderna como esfera social e também ao ajuizamento e localização das atividades que compunham a *vita activa*.

Ao discorrer sobre a condição humana a autora coloca como tudo aquilo que envolva e tenha contato com a vida humana ou cultive decisiva relação com ela, de tal modo que os homens sejam sempre condicionados. Essa é uma elementar característica humana e uma das mais determinantes delas é a condição da mortalidade, pois esta cessa nossa estadia particular no mundo, onde todas as outras coisas seguem o movimento cíclico da vida biológica. Apesar disso, corroborando o pensamento antigo grego a autora diz que o humano pode se imortalizar por sua capacidade de produzir coisas, como obras, palavras e feitos.

A defesa da busca pela imortalidade na *vita activa* ocorre mais intensamente através da atividade da ação, na medida em que é exatamente a ação aquela atividade que demanda estar na pluralidade dos homens, exposta à sujeição do olhar e perspectiva do outro, levando a distinção do indivíduo frente a seus semelhantes e, portanto, admitindo a possibilidade de ser lembrado. De acordo com Arendt, (2010, p.23) [...] “por sua capacidade de realizar feitos imortais, por poderem deixar através de si vestígios imorredouros, os

homens, a despeito de sua mortalidade individual, atingem a imortalidade que lhes é própria e demonstram sua natureza ‘divina.’”

Deste modo, a ação é a atividade que permite nos imortalizar, no sentido de deixar algo no mundo que resista o decurso do tempo e alcance outra geração de homens, assim, como afirma Arendt: “a ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança [*remembrance*], ou seja, para a história.” (ARENDR, 2010, p.10). Nesse aspecto, para os gregos o espaço público era para os grandes feitos, era o espaço para a palavra e persuasão de coisas de interesse comum, e o discurso e ação de uma pessoa frente aos outros indivíduos admitem o destaque dessa pessoa em relação a outras. Quando isso ocorre os homens revelam quem genuinamente são. Conseguir essa revelação só pode acontecer por meio de um estilo de vida livre, este modo de vida foi classificado por Aristóteles como *bios politikos*.

Ao contrário disso, aqueles que vivem presos às demandas mais básicas e primitivas que a natureza lhes proporciona, segundo a própria autora, vivem e morrem como animais. As atividades do trabalho e da obra, respectivamente, “designa *animal laborans* à dimensão do mero estar vivo em metabolismo com a natureza e *homo faber* à dimensão da existência capaz de criar um mundo humano, artificialmente edificado a partir do material da natureza” (CORREIA, 2013, p. 208). São atividades que estão aprisionadas ao âmbito das necessidades, isto é, das utilidades da vida privada e carências humanas, logo, não independentes.

Por tais premissas, as atividades trabalho e obra não eram consideradas satisfatoriamente capazes de compor um *bios*, sendo um modo de vida destituído de liberdade. É por meio dessa visão do pensamento antigo que se estabeleceu a hierarquia das atividades e assim a classificação das que eram consideradas de domínio privado, resguardadas no interior do lar e as que eram de domínio público, dignas de serem expostas.

As esferas pública e privada no mundo antigo apresentavam uma distinção bastante clara, entretanto isso se modifica na Era Moderna, quando acontece uma inversão das atividades da vida ativa e a indistinção entre o que é público e o que é privado, dando início ao que Arendt chamou de esfera do social. Esse é um dos pontos de bastante relevância destacado por Hannah Arendt na obra *A condição humana*, pois com o advento do social que coincide com o surgimento da era moderna, dar-se uma quebra, na compreensão em relação ao pensamento antigo quanto à organização do público e do privado, além de intensa alteração da configuração política. Nesse aspecto:

A política, reduzida a governo, passou a se restringir em elaborar e administrar estratégias para o livre desenvolvimento do progresso; o trabalho como capacidade de oferecer objetos e artefatos que tornassem o mundo um abrigo em relação à natureza transformou-se em mera função; mesmo a arte, de atividade encarregada de provocar a reconciliação crítica com o mundo e de embelezá-lo, transformou-se em instância apaziguadora e de entretenimento. Desse modo, o social, em Arendt, não se relaciona à esfera da cultura e artifício humano, ao contrário, trata-se da esfera das atividades humanas que mais aproxima o homem da sua dimensão natural (animal), justamente porque está empenhada na manutenção da vida entendida biologicamente e, por isso, não deixa os vestígios que caracterizam a esfera da cultura e do artifício humano. (AGUIAR, 2004, p. 11)

Segundo Arendt na Grécia clássica os episódios vinculados às necessidades como a economia, a família, e os assuntos domésticos como um todo, estavam situados na esfera privada, na qual abrigava situações que não deveriam ser expostas nem resolvidas na publicidade. Já na esfera pública, lugar para quem conquistasse a liberdade, eram discutidos os assuntos que levavam ao bem comum, sendo incluídos e debatidos no espaço entre as pessoas. Esse universo plural da esfera pública é essencial para que a política faça sentido, pois a pluralidade é imprescindível para que haja a ação e revelação dos indivíduos, fazendo-se motora para a vida coletiva.

Mas o que se deu na era moderna foi a desestruturação do panorama já apresentado acerca do pensamento antigo quanto a hierarquia das atividades, e distribuição destas em relação ao que é público e o que é privado na nova esfera que se estabeleceu, a saber, a do social. Essas variações são comentadas por Odílio Aguiar (2004, p. 10)

A esfera social é o resultado de um certo hibridismo entre as esferas privada e pública e se põe na perspectiva que, segundo Arendt, constituiu uma característica específica da modernidade que foi a resolução e o empenho dos homens em se desfazerem de uma vez do constrangimento que a dimensão da reprodução biológica impõe a todos. É em função dessa perspectiva que vai surgir o social. O social retirou da esfera política a dimensão de publicidade e da esfera privada a ocupação com a esfera das necessidades. Com a ascensão do social, as atividades executadas privadamente passaram a ter importância pública e o que era típico do público passou a ser um luxo. (AGUIAR, 2004, pág. 10)

Nessa acepção, na modernidade essa separação entre as coisas de domínio público e privado é enfraquecida e as esferas tal como os gregos distinguiam foi desfigurada, à medida que as atividades da esfera privada, como o labor e a obra, invadem o espaço público, sendo considerados assuntos a ser compartilhado, assim como, o público perde sua nobre particularidade de ser um lugar de aparição da pluralidade. Em vista disso, a organização<sup>3</sup> política passa a ter como referência a disposição do lar que se ampliou a âmbito social, podendo se destacar como exemplo, a economia, que rompendo as fronteiras do privado, se expande em direção ao mundo e se torna uma coisa pública.

A visão do pensamento antigo sobre o social, segundo Hannah, é a de que a sociabilidade humana não nos faz distintos dos outros animais, pelo contrário, nos aproxima do nosso lado natural e animal de ser, ou seja, esta é uma propriedade que deveria ser velada, pois faz parte de processos comprometidos com a manutenção da vida. Nesse sentido, a era moderna trouxe para exibição uma dimensão da vida que era definitivamente considerada particular, referente à intimidade e, por isso, abrigada dentro das paredes da casa. Com essa inversão em relação à raiz do pensamento político, os assuntos privados se expandem para a esfera pública e isso permite profundas transformações nas preocupações de ordem coletiva.

Deste modo, com as novas condições de organização na era moderna, a política deixa de ser a gerência do bem comum e passa a ser a administração das necessidades dos

---

<sup>3</sup>Não significa dizer que Arendt ignorasse ou não desse importância para as questões de necessidade da vida humana, pelo contrário, entendia que por ser algo fundamental era uma preocupação que não precisava do debate e discussão pública, por isso mesmo, pertencia a esfera privada. A grande preocupação da autora não era renegar as questões necessárias a manutenção da vida, mas sim quando estas questões ficam em supremacia, reduzindo o homem a mero animal.

indivíduos. Assim sendo, a sociedade preocupada com os assuntos da esfera privada e tendo como maior interesse as questões econômicas, faz com que a atividade de maior destaque seja a do trabalho, a atividade que se refere às necessidades do ciclo metabólico da vida, a qual não deixa vestígio. A partir disso o homem passará a se preocupar mais com os assuntos biológicos do corpo do que com a formulação de um corpo político, marcando profundamente a vida do homem moderno.

Se para os gregos a pluralidade dos homens no espaço público era propiciadora da ação e do discurso entre os pares iguais, causando a distinção de um indivíduo em relação aos outros<sup>4</sup>, com o surgimento da sociedade de massas e a ascensão da atividade do trabalho na esfera social, ocorre o nivelamento dos membros da sociedade, agora iguais pela busca de satisfação das necessidades, portanto, distanciados da ação e da possibilidade de revelarem-se no mundo, de tal modo que o agir é substituído pelo comportamento e conformismo próprio das massas. Sobre essa alteração na doutrina das ideias, Hannah Arendt descreve:

A indicação talvez mais clara de que a sociedade constitui a organização pública do processo vital encontra-se no fato de que, em um tempo relativamente curto, o novo domínio social transformou todas as comunidades modernas em sociedades de trabalhadores e empregados; em outras palavras, essas comunidades concentraram-se imediatamente em torno da única atividade necessária para manter a vida. (Naturalmente para que se tenha uma sociedade de trabalhadores não é necessário que cada um dos seus membros seja realmente um trabalhador [*laborer*] ou um operário [*worker*] – e nem mesmo a emancipação da classe operária [*working class*] e a enorme força potencial que o governo da maioria lhe atribui são decisivas nesse particular -, basta que todos os seus membros considerem tudo o que fazem primordialmente como modo de sustentar suas próprias vidas e as de suas famílias.) (ARENDR, 2010, p. 56)

Longe dos assuntos sobre o bem comum, o sujeito moderno adota o modo de vida do *animal laborans*, autenticando a vitória das necessidades sobre a liberdade e a ação, logo, tendo sua vida pautada no metabolismo do corpo na busca por suprir as necessidades da vida biológica como forma máxima de existir. Do mesmo modo, com o crescimento dos episódios

---

<sup>4</sup> É importante destacar adupla característica da pluralidade, a saber, que somos iguais enquanto organismos biológicos que possuem características comuns de identificação, isto é, humanos, mas que por outro lado ninguém jamais pode ser igual ao outro, no sentido de que cada ser humano traz algo de novo ao mundo, além da capacidade de fundar o improvável. Nas palavras de Hannah: “No homem, a alteridade, que ele partilha com tudo que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo que vive, tornam-se unicidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres únicos.” (p. 220).

privados no espaço público, a organização da coisa pública passa a ter outro significado, agora com a disposição dos assuntos da casa atingindo enorme proporção e se estendendo aos assuntos políticos, como se as comunidades políticas fossem grandes “famílias” e os homens políticos reduzidos a administradores públicos.

A reflexão de Hannah Arendt sobre a política como o espaço de aparição da pluralidade, consiste na ponderação acerca da atividade própria da ação, pois é através da manifestação dos sujeitos em busca do bem comum e em meio à multiplicidade de olhares e perspectivas entre os homens, que estes conseguem se distinguir dos demais por meio do falar e do agir, trazendo assim algo de novo ao mundo. Porém, com as mudanças ocorridas na era moderna, a atividade que atingiu amplitude em massa é a do trabalho o que acarretou na vitória do *animal laborans* como modo de vida supremo.

Nesse aspecto, o homem é conduzido à alienação em relação ao espaço público, assim como, em relação a si mesmo, e essa perda de si mesmo se dá com o novo domínio social e suas já mencionadas transformações, sendo uma delas a carência de comunicação entre os homens, configurando um panorama de retração e isolamento do espaço público, conseqüentemente da ação política. Acerca disso Celso Lafer nos diz que:

Para Hannah Arendt – como ela explicita em *The human condition* – o público é simultaneamente o *comum* e o *visível*. Daí a importância da transparência do público por meio do direito *ex parte populi* à informação, ligado à democracia, como forma de vida e de governo, que requer uma cidadania apta a avaliar o que se passa na *res publica* para dela poder participar. Sem o direito à informação, não se garante a sobrevivência da verdade factual – a verdade da política –, na qual se baseia a interação e o juízo político, abrindo-se uma margem incontrolada para a *mentira* e os *segredos* conservados pelos governantes nas *arcana imperii*. Tanto as mentiras quanto os segredos corrompem o espaço público. A transparência do público através de uma informação honesta e precisa é, portanto, condição para o juízo e a ação numa autêntica comunidade política. (LAFER, 1997, p.63)

Essas circunstâncias são propiciadoras de um característico conformismo apresentado pelos homens de massa, os quais, inseridos em uma sociedade de trabalhadores e empregados dirigem-se excepcionalmente a atividade de manutenção da vida, o trabalho.

Contudo se deve ainda enfatizar as transformações que aconteceram no decorrer do tempo, para que esse cenário se constituísse. Uma delas é a respeito das posições que as atividades que estabelecem a *vita activa* passaram em diferentes momentos, a obra e seu fabricante, o *homo faber*, tiveram uma enorme função na edificação e produção de instrumentos que possibilitaram o progresso tecnológico e científico. Nessa perspectiva é de suma importância distinguir o papel do *homo faber* e demonstrar sua influência para o que mais tarde a filósofa Hannah Arendt nomeou de vitória do *animal laborans* na era moderna.

## **2.1 O papel do *homo faber***

O homem em sua experiência mais geral com a natureza está constantemente provocando a transformação desta, tendo em vista construir um conjunto de coisas que satisfaça aos objetivos e propósitos humanos, é o que chamamos artefato humano. Estes produtos voltados ao atendimento de finalidades materiais do homem são construídos pelo *homo faber*. Hannah Arendt faz em seu livro *A condição Humana*, uma distinção entre trabalho e obra e essa é uma questão esclarecedora de seu pensamento quanto a sua análise fenomenológica das atividades humanas e, além disso, de sua crítica a tradição ocidental que, segundo ela, ignorou tal distinção.

No seu livro, *A condição Humana*, Hannah Arendt, faz uma investigação apontando elementos históricos que corroboram seu pensamento e que ocasionaram em muitos momentos a inversão na ordem das atividades que compõem a *vita activa*. Um deles foi marcado pela elevação da atividade de fabricar. Segundo Arendt: “As primeiras atividades da *vita activa* a se promoverem à posição antes ocupada pela contemplação foram as atividades de fazer e fabricar [making and fabricating] – prerrogativas do *homo faber*. (ARENDR, 2010, p.368).

Com a assistência que ofereceu o homem que fabrica, e desse modo estruturou um arsenal de instrumentos possibilitando o progresso científico, que a atividade da obra elevou-se nesse momento específico a atividade de maior importância. Isso era bastante correspondente, visto que foram os utensílios e máquinas, e deste modo, o *homo faber*, tendo em vista que é um fabricante de instrumentos, que levou a moderna revolução.

Ao se remeter a diferenciação feita por Locke entre “O trabalho de nosso corpo e a obra de nossas mãos”, Arendt pretende evidenciar essa distinção entre as atividades, trabalho e obra, destacando ser a primeira a atividade concernente a vida, aos mecanismos biológicos do ciclo vital do homem e a segunda a convicção de que a obra de nossas mãos é a edificação de elementos artificiais que compõe o ambiente humano, essa instrumentalidade conferida pela atividade da obra destina-se ao uso e não ao consumo, sendo a obra a condição humana de pertencer ao mundo (mundanidade).

Nesse aspecto, ao falar sobre o artifício humano é interessante ressaltar a respeito da sua durabilidade que, embora não seja total tende a durar mesmo sendo desgastado pelo uso, assim sendo, com seu papel de utilidade, o produto da obra, quando devidamente utilizado, é duradouro e resiste a condição temporal de seu próprio criador, o *homo faber*, marcando assim, relativa independência e objetividade, diferentemente da atividade do trabalho que está presa ao movimento cíclico do processo corporal.

O processo de fabricação é inteiramente determinado pelas categorias dos meios e do fim. A coisa fabricada é um produto final no duplo sentido de que o processo de produção termina com ela (“o processo desaparece no produto”, como disse Marx) e de que é apenas um meio de produzir esse fim. É verdade que o trabalho também produz para o fim do consumo, mas, como esse fim, a coisa a ser consumida, não tem a permanência mundana de uma peça da obra, o fim do processo não é determinado pelo produto final, e sim pela exaustão da força de trabalho, enquanto, por outro lado, os próprios produtos imediatamente tornam-se meios novamente, meios de subsistência e de reprodução da força de trabalho. No processo de fabricação, ao contrário, o fim é indubitável: ocorre quando uma coisa inteiramente nova, com suficiente durabilidade para permanecer no mundo como um ente independente, é acrescentada ao artifício humano. (ARENDR, 2010, p. 178)

Apesar de a obra ter a função de estabilizar a vida humana deixando algo material e duradouro no mundo a mesma carrega ainda a ideia, esta, precede o produto e a produção. É



a ideia que motiva a construção do inventor da obra, permanecendo no imaginário de quem a fabrica e assim oferecendo condições para sua continuação até mesmo quando o objeto é abolido. Para o desempenho que a fabricação veio a cumprir na hierarquia da *vita activa*, é muito importante o fato de que a figura ou modelo, no qual norteia o processo de fabricação e de sua permanência.

No entanto, mesmo com o caráter de independência da obra, há similaridades desta com o trabalho, pois o trabalho não deixa vestígio e produz para fins de consumo, seu processo se finda pela exaustão da força de trabalho sendo esse procedimento repetido compulsoriamente dado as condições de necessidade biológica do corpo. É nesse sentido que a obra na medida em que o fabricante, pela necessidade de ganhar meios para sua subsistência, faz a repetição do seu produto e essa reprodução é um episódio em que sua obra coincide com seu trabalho.

Por conseguinte, o artesão repetindo e multiplicando a coisa fabricada com intuito de satisfazer uma demanda de mercado, acumulou ao seu serviço a incumbência de ganhar dinheiro ligado ao domínio com o público, ainda que apenas para o mercado de trocas. Posto que a atividade da obra apresente um domínio público para o mercado de trocas, haja vista que a relação do *homo faber* com as pessoas se limita a exibição do produto de sua mão e sua devida retribuição, essa atividade, ainda assim, não se caracteriza como uma atividade que corresponda ao espaço público da pluralidade e da revelação do homem, não podendo ser considerada um domínio político propriamente dito.

O trabalho e a obra (ou fabricação) são duas modalidades fundamentalmente diferentes da atividade humana não-política; nem o trabalho, nem a obra conseguem abrir um espaço para a pluralidade humana. Arendt insiste ao longo de todo seu livro no fato de que esta distinção entre trabalho e obra foi eliminada ou em grande parte ignorada na era moderna. Todo o seu esforço consiste em resgatar esta distinção (distinção que correspondia, na Antiguidade, à distinção entre o trabalho não produtivo do escravo e a atividade produtiva do artesão) e em explicitar as implicações que decorrem de sua não distinção na era moderna. (MAGALHÃES, 2010, p. 4)

Para Arendt, a era moderna privilegiou a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, e não a distinção entre trabalho e obra, e tendia a avaliar todo trabalho como obra e a discorrer sobre o *animal laborans* em termos que se referiam muito mais apropriadamente ao *homo faber*. Essa é a forte crítica tecida a Marx<sup>5</sup>, feita por Arendt, pois, segundo ela, sendo Marx um dos maiores teóricos do seu tempo a discorrer sobre a atividade do trabalho, não atentou em fazer, ou mesmo não compreendeu a distinção fundamental entre trabalho e obra. “Desse ponto de vista puramente social, [...] que recebeu sua mais coerente e grandiosa expressão na obra de Marx, todo trabalho é “produtivo”, de modo que perde sua validade a distinção anterior entre a realização de “tarefas servis”, que não deixam vestígios, e a produção de coisas suficientemente duráveis para que sejam acumuladas.” (ARENDR, 2010, p. 109).

Acentuando a diferenciação do *homo faber* e do *animal laborans*, da obra e do trabalho, o *homo faber* possuidor da imagem que o levará ao produto usado para a edificação do mundo de coisas, é independente, e essa relação se dá por meios e fins, ou seja, o processo se acaba quando por suas mãos algo de novo e tangível chega ao mundo dando-lhe objetividade e, por sua durabilidade, a concessão da relação de um sujeito, ou gerações destes, com o mesmo artefato. Já para o *animal laborans*, sujeito às necessidades e constantemente laborando no ritmo metabólico do corpo, seu trabalho não tem princípio e nem fim. Assim, a postura do *homo faber* está relacionada com o uso, fabricando objetos, fazendo com que ele ainda tenha um papel na imortalidade do mundo, mas o que não torna sua atividade política.

---

<sup>5</sup>Segundo Adriano Correia, nesse aspecto a crítica arendtiana se acentua, pois: “Assim, Marx representa teoricamente, para Arendt, o ponto de inflexão legitimador da vitória do *animal laborans*, na medida em que teria concebido a imagem de uma humanidade socializada na qual não está em jogo a vida egoísta do indivíduo a agir por interesse próprio, mas a vida social em que há sempre interesses de classes em conflito: o sujeito do interesse único da humanidade socializada “são as classes ou o gênero humano, mas não o homem nem os homens” (ARENDR, 2010, p. 401). Com isso, pensa Arendt, o último vestígio de impulso individual para a ação se desvanece e o que resta é a assimilação da vida individual à dinâmica de manutenção do processo vital. (CORREIA, 2013, p. 213).

O *homo faber* e o trabalho de suas mãos fabricam os instrumentos para o trabalho do *animal laborans* e estes utensílios auxiliam e suavizam a atividade do trabalho. No entanto, o caráter instrumental dos objetos fabricados pela obra perde sua característica objetiva de utilidade ao se misturar a um movimento rítmico e automático, próprio da atividade do trabalho. Nessa feição a instrumentalidade da obra e seu critério de meios e fins se perdem quando na situação de trabalho a produção consiste, antes de tudo, no preparo para o consumo, isto é, é parte integrante do processo vital.

A capacidade de assinalar entre meios e fins próprios da atividade de fabricação, e a utilidade de seu produto, o artefato humano, quando empregados pelo *animal laborans*, assume muito provavelmente apenas uma função, que não é mais a de uso, mas a adequação as exigências do trabalho pela execução do procedimento ritmicamente ordenado no processo biológico das necessidades. Nessa perspectiva, nas palavras, de Arendt:

Nesse movimento, as ferramentas perdem seu caráter instrumental, e a clara distinção entre o homem e seus utensílios é toldada. O que preside o processo de trabalho e todos os processos da obra executados à maneira do trabalho não são o esforço propositado do homem nem o produto que ele possa desejar, mas o próprio movimento do processo e o ritmo que este impõe aos trabalhadores. Os utensílios do trabalho são trágicos por esse ritmo até que o corpo e a ferramenta volteiem no mesmo movimento repetitivo, isto é, até que no uso das máquinas – que, dentre todos os utensílios, melhor se ajustam à execução do *animal laborans* –, já não é o movimento do corpo que determina o movimento do utensílio, mas sim o movimento da máquina que compele os movimentos do corpo. O fato é que nada pode ser mais facilmente e menos artificialmente mecanizado que o ritmo do processo do trabalho, que, por sua vez, corresponde ao ritmo repetitivo do processo vital, igualmente automático e ao seu metabolismo com a natureza. (ARENDDT, 2010, p. 182)

Com a revolução industrial e a emancipação do trabalho sucederam significativas transformações nos processos de produção, sobretudo pela gigantesca ampliação tecnológica. Hannah Arendt menciona algumas das principais fases de desenvolvimento técnico da moderna tecnologia, são elas: a invenção da máquina a vapor, o uso da eletricidade, e a mais recente, a automação. Essas técnicas transformaram profundamente a mundanidade do artifício humano. Com a transferência de ferramentas e utensílios pelas máquinas industriais, o que era antes manipulado pelas mãos do artífice, tem agora, pelo trabalho do corpo do

*animal laborans*, que convencionar o ritmo natural ao movimento mecanizado imposto pelas máquinas.

Na sociedade de trabalhadores, na qual a atividade proclamada é o trabalho, isto é, a vida, ocorre à transição entre o processo de produção do mundo artificial humano, feito pelo *homo faber*, para o processo no qual as funções biológicas e cíclicas da vida ocuparam um amplo espaço, adquirindo vasto alcance através da técnica. É o modo de vida do *animal laborans* que unido a tecnologia e processos industriais, determinam o movimento automático a serviço do processo vital humano. Hannah Arendt descreve da seguinte forma essa transformação:

Em seu contínuo processo de operação, este mundo de máquinas esta perdendo inclusive aquele caráter mundano independente que as ferramentas e utensílios e a primeira maquinaria da era moderna possuíam em tão alto grau. Os processos naturais de que se alimenta o relacionam cada vez mais com o próprio processo biológico, de sorte que os aparelhos, que outrora manejávamos livremente, começam a mostrar-se como se fossem “carapaças integrantes do corpo humano tanto quanto a carapaça é parte integrante do corpo da tartaruga”. (ARENDR, 2010, p. 190)

Os instrumentos e coisas produzidos pelo *homo faber* inicialmente determinam toda a instrumentalidade do ambiente humano, tem por fim o produto e a utilidade deste, e não se empenha, pelo menos não totalmente, em ajustar-se ao processo vital. A propósito do papel do *homo faber*, explica Adriano correia, “traduz a capacidade propriamente humana de edificação de mundo e, desse modo, corresponde à condição humana da mundanidade, a requerer um mundo artificial de coisas duráveis, destinadas ao uso, que instaura uma temporalidade linear.” (CORREIA, 2013, p. 210-211).

No entanto, as ferramentas e utensílios quando estão a serviço do *animal laborans* acabam por apresentar alteração no seu papel, o raciocínio dos fins justificarem os meios são abandonados, assim como, a busca consciente de instrumentalizar o mundo dos homens e passa a ser simplesmente um incremento biológico. Contudo, não se quer dizer que há uma sujeição integral do homem em favor da máquina, mas o que se está tentando demonstrar é

que durante o processo da obra por intermédio de máquinas o procedimento mecânico se faz em vez do ritmo do corpo humano.

Na era moderna acontecem intensas mudanças em comparação às civilizações pré-modernas. Essas mudanças desencadearam um panorama no qual se inverteu a hierarquia das atividades da *vita activa*, e o trabalho se torna a atividade suprema. Isso autenticou a vitória do *animal laborans* e assim põe-se em prática o seu estilo de vida. Nesse sentido, a postura do *homo faber* desaparece com o advento do trabalho enquanto atividade soberana e igualmente com o aumento tecnológico que descaracterizam o processo de fabricação e não somente isso, se altera o entrosamento do fabricante com o mundo de coisas fabricado por ele.

Arendt nos diz que no processo de fabricação é imprescindível que o *homo faber* esteja em situação de isolamento, ainda que depois da obra concluída exista a exigência do domínio público para exibição dos produtos de sua mão. Com o domínio do social essa característica da produção no isolamento encontra-se estilizada pela divisão do trabalho. Sobre esse aspecto da obra e sua importância para a significação do produto na antiguidade, diz Hannah:

A única companhia que resulta diretamente da manufatura decorre unicamente do fato de que o mestre necessita de ajudantes ou deseja instruir outros em seu ofício. Contudo, a diferença entre sua qualificação e a ajuda não qualificada é temporária, como a diferença entre adultos e crianças. Dificilmente algo pode ser mais alheio à manufatura, ou mais destrutivo, que a obra em equipe, que, na verdade, não passa de uma variante da divisão do trabalho e pressupõe a “subdivisão das operações nos movimentos simples que as constituem”. A equipe, sujeito multicéfalo de toda produção executada segundo o princípio da divisão do trabalho, possui a mesma contiguidade das partes constituintes do todo, e qualquer tentativa de isolamento por parte de seus membros seria fatal a produção. Mas não é somente essa contigüidade que falta ao mestre e artífice quando ativamente engajado na produção; as formas especificamente políticas de estar junto aos outros – o agir em concerto e o falar entre si – estão completamente fora do alcance de sua produtividade. Somente quando o produto está terminado e o mestre e artífice para de operar é que ele pode abandonar seu isolamento. (ARENDR, 2010, p. 201, 202)

Com o advento do social e as sociedades de massa, em que o contingente populacional exige uma produção em massa, isso se contrapõe a antiga opinião acerca da obra e sua produção estrutural de mundo para fins de uso, pois a fabricação passa a ser descontrolada na busca de suprir as necessidades para o consumo e a manutenção da vida.

Nesse aspecto o *homo faber* perde sua proveitosa tarefa de trazer objetos novos para o artifício humano por meio de ideias ou imagens que precedem sua criação e assim se imortalizam na fabricação, para dá lugar ao método técnico e fragmentado que estabelecem as recentes fabricações.

A sociedade de trabalhadores atribui à força de trabalho o mesmo valor superior que atribui à máquina, portanto, surge um homem que ajustado ao processo mecanizado e exaustivo das máquinas se submerge no processo de fabricação, no qual não aparece o objeto de seu desejo, isto é, o produto que é o fim adquirido pelos meios de sua fabricação, mas apenas um componente dessa fabricação lhe é destinado, logo, o *animal laborans* que não produz com a “obra de suas mãos”, mas emprega o “trabalho de seu corpo”, conduz-se exclusivamente para a assistência do desenvolvimento de seu próprio processo biológico aplicando sua força de trabalho e tendo como maior finalidade a sustentação do processo vital.

## CAPITULO 3 - O ANIMAL LABORANS E O TRABALHO DE SEU CORPO

### 3.0 *AnimalLaborans*

Na fenomenologia das atividades que compõe a *vita activa* descritas por Hannah Arendt, por trabalho se entende a atividade pautada pela necessidade; para ela, trabalho é vida; é o movimento cíclico e repetitivo do processo vital; são as atividades que garantem a manutenção da espécie e as que mais assemelham o homem aos outros animais. Intencionando evidenciar tanto a significação do trabalho nos moldes do antigo pensamento grego, sua posição e valoração na hierarquia das atividades, como demonstrar em um constructo com bases factuais históricas o quanto se inverteu esse panorama na era moderna, a autora assinala outra importante demarcação nas variações da esfera humana, esta, relacionado ao trabalho, o *animal laborans*.

Para tanto, além das três atividades descritas: trabalho, obra e ação, duas variações de desempenho humano são apresentadas pela autora, são elas, o *homo faber* e o *animal laborans*, estas foram diferenciadas por Arendt que bem elucidou a distinção entre cada uma para também estabelecer a diferenciação destas com a atividade da ação, a qual considera a única atividade que a relação é excepcionalmente entre os próprios homens e não mais com a natureza ou necessidades biológicas. Para a ação a pluralidade é basilar. Apesar disso é importante destacar que:

Ao distinguir e relacionar conceitos, fenômenos e experiências Arendt parecia preocupar-se em ressaltar a necessidade de balanço e equilíbrio entre dimensões que, permanecendo distintas e mesmo contrárias entre si, não poderiam ser desarticuladas sob pena de gerarmos ainda mais incompreensão teórica e desespero político. A despeito de todas as leituras críticas que enfatizam o suposto desprezo elitista de Arendt pela atividade do trabalho, pelo domínio da necessidade e pelos âmbitos da natureza, da mera vida e da privatidade, a própria autora certa vez declarou que se os homens “não são de modo algum seres meramente naturais”, também somos, por outro lado, “criaturas vivas”. (DUARTE, 2013, p. 55).

É importante esclarecer que não há uma depreciação da atividade do trabalho quando Hannah Arendt aponta para o fenômeno da vitória do *animal laborans* na era

moderna, pois sendo o trabalho a atividade que compreende a manutenção da vida é absolutamente necessária sua experiência, o problema se concentra na exaltação dessa atividade e o emprego que esta atingiu ampliando-se ao espaço público e acomodando o estilo de vida do *animal laborans* ao homem de massa. Nesse ponto de vista, é sobre o *animal laborans* que esse tópico dedicar-se-á na busca por compreender sua vitória na era moderna.

Mas quem é o *anima llaborans*? A definição para este estilo de vida se compara as condições de natureza da vida, carregando o ônus da vida biológica, o *animal laborans* é constringido pelas necessidades do seu corpo movendo-se sempre no mesmo círculo prescrito pelo processo biológico e, portanto, infinitamente repetitivo. Desse modo as atividades desempenhadas por ele são provocadas pela necessidade e não acrescentam coisas duráveis ao mundo, na medida em que se vinculam ao movimento circular de nossas funções corporais.

Para a exposição desse aspecto, Hannah Arendt esclarece:

Das coisas tangíveis, as menos duráveis são aquelas necessárias ao processo da vida. Seu consumo mal sobrevive ao ato de sua produção; nas palavras de Locke, todas essas “boas coisas” que são “realmente úteis à vida do homem”, à “necessidade de subsistir”, são “geralmente de curta duração, de tal modo que – se não forem consumidas pelo uso – se deteriorarão e perecerão por si mesmas”. Após uma breve permanência no mundo, retornam ao processo natural que as produziu, seja por meio da absorção no processo vital do animal humano, seja por meio da deterioração; e, sob a forma que lhes dá o homem, por meio do qual adquirem seu lugar efêmero no mundo de coisas feito pelo homem, desaparecem mais rapidamente que qualquer outra parte do mundo. Consideradas em sua mundanidade, são as coisas menos mundanas e ao mesmo tempo as mais naturais. Embora feitas pelo homem, vêm e vão, são produzidas e consumidas de acordo com o sempre-recorrente movimento cíclico da natureza. Cíclico, também, é o movimento do organismo vivo, incluindo o corpo humano, enquanto ele pode suportar o processo que permeia sua existência e o torna vivo. (ARENDR, 2010, p. 118).

Essa característica biologizante da atividade desenvolvida pelo *animal laborans* leva-nos a abrangência das consequências que na era moderna se desempenhou com a supervalorização da atividade do trabalho. Ao definir o trabalho como o processo natural do metabolismo humano, fica clara a disposição biológica que essa atividade sustenta, [...]“o trabalho e o consumo são apenas dois estágios do ciclo sempre-recorrente da vida biológica.” (ARENDR, 2010, p. 122). Quando a emancipação do trabalho toma posse do domínio público



o estilo de vida do homem laborante na esfera social se consolida e, igualmente, se dá a vitória das necessidades sobre a liberdade de ação.

Essa definição, sem dúvidas, é fundamental para a compreensão da crítica desenvolvida por Hannah Arendt ao que se conformou como estilo de vida e pensamento moderno, visto que é sobre esse homem que labora afastado da presença de outros, e por isso mesmo, não estreitando relações que proporcionem a manifestação de opiniões e revelação de um “quem” ele é em meio aos olhares e perspectiva dos outros, que a autora faz sua crítica e ainda denuncia determinadas causas para a extrema reviravolta moderna em relação ao pensamento político antigo.

As considerações já apresentadas acerca das atividades da *vita activa*, permitem que se tenha uma visão analítica da mudança de disposição que na era moderna cada atividade assume. Nesse sentido, com a transferência das atividades da vida privada para o espaço público, há uma elevação especialmente da atividade do trabalho na era moderna. Do mesmo modo, com o advento do social na era moderna, é principalmente como *animal laborans*, que os indivíduos em sociedade irão se comportar ritmicamente conforme o processo biológico vital. A respeito da significação da atividade do trabalho:

Sob esse aspecto, o corpo realmente passa a ser a quintessência de toda propriedade, uma vez que é a única coisa que não se pode compartilhar, ainda que se desejasse. Nada, de fato, é menos comum e menos comunicável\_ e, portanto, mais seguramente protegido contra a visibilidade e a audibilidade do domínio público\_ que o que se passa dentro do nosso corpo, seus prazeres e suas dores, seu trabalho e seu consumo. Por isso mesmo, nada expelle o indivíduo mais radicalmente do mundo que a concentração exclusiva na vida corporal, concentração à qual o homem é compelido pela escravidão ou pelo extremo da dor insuportável. (ARENDR, 2010, p. 138)

Nessa acepção, a vitória do *animal laborans* que tem como autêntica a atividade do trabalho, antes timidamente posicionada no domínio privado, agora assumindo espantosa excelência na esfera pública, acarreta a alienação do homem no mundo e com isso faz reduzir a atividade da ação política, além da capacidade que o homem possui de revelar-se no mundo enquanto sujeito político, neste momento ocorre a biologização da vida como um todo,

momento em que o homem resume-se a um mero animal que tem como maior objetivo suprir apenas as urgências que a vida e o corpo lhe impõem, corroborando a vitória do animal laborans na era moderna.

### 3.1 A vitória do *animal laborans* na era moderna

Através do advento do social e com as transformações ocorridas na modernidade a respeito do caráter que receberam as atividades que compreendem a *vita activa*, a completa inversão da hierarquia tal qual os gregos pensavam anteriormente a *vita activa*, apresenta-se na era moderna com a elevação do trabalho, atividade antes menos favorável à esfera pública, induzindo a perda da dignidade da ação política. “Para compreender a relação entre a ascensão da esfera social e a progressiva transformação e declínio da esfera pública como fenômeno político, importa evidenciar a intrínseca relação entre esta esfera social e as modernas sociedades de massas.” (CORREIA, 2008, p. 103). Esse panorama de mudanças caracteriza o início da acomodação do estilo de vida do homem laborans na sociedade moderna. Na visão de Adriano Correia sobre as implicações dessas mudanças trazidas pela ascensão do social, cita:

A voracidade da esfera social por expansão acaba por confinar a esfera privada à intimidade e restringir as possibilidades da ação na esfera pública em vista da estabilidade necessária à preservação da vida e dos processos de acumulação – “a sociedade, quando ingressou pela primeira vez na esfera pública, assumiu o disfarce de uma organização de proprietários que, em vez de solicitaro acesso à esfera pública por sua riqueza, exigiam dela proteção para a acumulação de mais riqueza” (ARENDR, 1958, p. 68). A ascensão do social fez com que o conformismo, como garantia de estabilidade, se tornasse uma ameaça permanente. (CORREIA, 2008, p. 103)

O rápido avanço industrial foi constitucional para o episódio de acumulação de riquezas e é nessa ocasião que a visão que se tinha da propriedade como algo que define e referencia o homem no mundo por meio da sua durabilidade e estabilidade, ou seja, sua mundanidade é substituída por outro prisma, a saber, o da necessidade de ter para consumir,

pois na sociedade moderna tudo passa a ser estimulado pela manutenção da vida biológica. Desse modo passa-se a considerar a cultura do consumo, respaldada pelo metabolismo do processo vital, e a necessidade de proteção de riquezas como uma das primordiais causas de aproximação e vínculo entre os homens. Isto traz como séria consequência o fato de que o processo de acúmulo de riqueza retira a ideia de um homem ligado ao mundo, ancorado na propriedade para um forte estado de alienação do mundo ao não se considerar “proprietário” deste<sup>6</sup>.

Ao saciar seus desejos e garantir a proteção de suas riquezas o homem de massa, ou, na expressão de Arendt, o *animal laborans*, entra num estágio de conformismo. É a propósito desse conformismo característico do homem de massa que, se deveu a transformação do sujeito político em um indivíduo isolado do diálogo, de tal modo, o homem se tornou “presa fácil” para manipulação, pois, se encontra indiferente aos assuntos de caráter comum para ter como maior propósito apenas dedicar-se a manutenção da vida no sentido biológico.

Essa mudança de perspectiva pode ser percebida como uma consequência que não se pode evitar da vitória da necessidade sobre a política, isto é, do *animal laborans* sobre o homem de ação. Hannah Arendt defende em sua fenomenologia da ação que o espaço de comunicação entre as pessoas é fundamento para ação e essa troca de opiniões admite sim o conflito, na medida em que é por diversas perspectivas que os assuntos públicos devem ser debatidos e dirigido no sentido de alcançar o bem comum da comunidade.

---

<sup>6</sup>A esse respeito, salienta Fábio A. Passos: “Segundo as análises arendtianas, a perda da propriedade privada significou o primeiro passo rumo à socialização da vida humana, que possui como uma de suas características o incessante acúmulo de riquezas. Ora, nada é tão contrário ao acúmulo de riqueza do que a propriedade privada, pois esta possui como traço predominante a permanência e estabilidade que fixa o homem em seu domínio. O papel que a propriedade desempenha ao fixar o homem no mundo é o de proporcionar ao indivíduo a possibilidade de ter um contato direto com o mundo, no intuito de preservá-lo, uma vez que sem essa atitude de resguardar o mundo como lar do homem, não há a mínima condição de se ter propriedade e, portanto, um lar para o repouso das fadigas e a manutenção da vida.” (PASSOS. *A Faculdade do Pensamento em Hannah Arendt*, p. 64).

Tendo por base a democracia grega, Arendt articula a ideia de ação ao critério fundamental do discurso e do agir, pois para ela a palavra foi instaurada para deter a violência. No entanto, quando o homem é isolado desse espaço da pluralidade e da troca de opiniões entre seus pares, aumenta a dificuldade de driblar esse recurso, que é a violência, como meio de resolver os problemas, não somente isso, com a acomodação e distanciamento do diálogo entre as pessoas na esfera pública, gera-se ao mesmo tempo, a aceitação e conformismo das massas e, por consequência, podendo ocasionar na supremacia ideológica de uns sobre os outros.

Nesse sentido, quando não se tem mais esse espaço público porque o privado se apropriou, diminuem-se as condições de convivência e a violência torna-se uma opção, violência pela imposição, podendo se manifestar das mais diferentes formas, a exemplo disso se tem os governos totalitários e suas práticas de terror. A propósito desse tópico Odílio menciona:

Fundamenta-se, assim, no pressuposto de que os seres humanos, independentemente do que fazem ou aspiram, podem, a qualquer momento, ser qualificados como *inimigos objetivos* e encarados como supérfluos para a sociedade. Tal convicção explicitamente assumida pelo totalitarismo, de que os seres humanos são supérfluos e descartáveis, representa uma contestação frontal à idéia do valor da pessoa humana enquanto *valor-fonte* da legitimidade da ordem jurídica, como formulada pela tradição, senão como verdade pelo menos como conjectura plausível da organização da vida em sociedade. (AGUIAR, 2004, p. 15)

Entretanto, percebida como um motor da vida coletiva de participação direta dos indivíduos em comunidade, a ação política, na visão de Hannah Arendt, é essencial na vida humana e se dá com a grande prerrogativa da palavra em contraposição a violência, segundo Arendt, a vida política não se realiza em nenhum indivíduo particular, mas se realiza entre os indivíduos e por ser também uma dimensão do reconhecimento demanda estar na pluralidade dos indivíduos. “A principal característica dessa vida especificamente humana, cujo aparecimento e desaparecimento constituem eventos mundanos, é que ela é plena de eventos

que no fim podem ser narrados como uma estória [story] e estabelecer uma biografia” (ARENDDT, 2010, p. 120).

A perda de sentido da política na era moderna, bem como da ação como atividade mais digna entre os homens livres, indica a potente capacidade que a atividade do trabalho possui de resumir o homem a mero animal, e a de que, a atividade antes relegada as paredes e ocultação da casa conduzem ao comportamento do homem moderno. O *animal laborans* representa tudo isso. É o homem que vive para suprir as necessidades do processo biológico do corpo e para isso desenvolve a atividade do trabalho que é a atividade que assume esse ritmo e diferentemente da obra e da ação não possibilita o contato, nem o pensar e agir sobre o mundo, a relação que se atinge nos moldes do homem laborante é a deste com seu próprio corpo.

O preço do desarraigamento, residual ou deliberadamente fabricado, não é apenas potencialmente a superfluidade, mas a efetiva perda da experiência ou da realidade do mundo, sempre devedora da interação com nossos pares para a dissolução das nossas idiossincrasias; por seu turno, essa alienação do mundo é paga com o preço da própria identidade. Mesmo para aqueles que experimentam o “estar-só” ou solitude (*solitude*) como o diálogo do “dois-em-um” entre si e si mesmo, a identidade é sempre tributária da graça redentora do estar acompanhado que integra a dualidade em uma identidade, livrando assim da equivocidade e da dúvida, pois a companhia “poupa-os do diálogo do pensamento no qual permanecem sempre equívocos, e restabelece-lhes a identidade que lhes permite falar com a voz única de uma pessoa impermutável” (ARENDDT, 2004, p. 529). (CORREIA, 2010, p. 204).

A alienação do homem com o mundo, isto é, a perda da preocupação do homem com o mundo levou-o a perda do interesse com a coisa pública, pois na esfera social a preocupação que ganha prioridade é a de interesse particular, então o universo plural que é propriamente o político, perdeu o sentido, assim a política deixou de ser a gerência do bem comum e passou a ser a administração das necessidades dos indivíduos.

Do homem de massa se espera um comportamento e não um agir que revele quem ele é, ou seja, a unificação comportamental dos indivíduos desloca da coletividade o espírito do agir na pluralidade causando um desinteresse sobre o bem comum. Nessa lógica, como nos diz Passos:

Diante dessa perspectiva, percebemos que a modernidade produz um novo ser, que possui uma das faces voltada à saciedade dos desejos humanos, cuja única forma de amenizá-los é criar uma cultura do consumismo desenfreado, que desembocará no surgimento de um tipo de sociedade específica da Era Moderna, ou seja, a sociedade de massa. Esta pode ser definida, segundo Arendt, como um tipo de vida organizada que automaticamente se estabelece entre os homens que, apesar de manterem algum tipo de contato mútuo, perderam o interesse em assuntos de cunho comum. Sua única preocupação é trabalhar (*laborar*) e consumir, longe das preocupações de ordem pública: daquilo que se pode chamar pertencente a todos. (PASSOS, 2017, p. 55)

Quando o trabalho assume o controle como atividade consagrada na era moderna, uma série de consequências vem a mostra, pois dando preferência o movimento cíclico e repetitivo do corpo para a satisfação de necessidades fundamentais biológicas, os homens sentem a dificuldade de se revelarem em um contexto coletivo de trocas de opiniões, assim, a relação com o mundo público e plural é apequenada a tal ponto que o debate sobre questões de interesse comum são destinadas a especialistas que se dedicaram a pensar e decidir por nós. A respeito de uma “sociedade de especialistas” e, unido a isso, de uma razão instrumental, Gadamer nos diz:

Este é o ideal da sociedade de especialistas, na qual nos dirigimos a um profissional, buscando nele, a ajuda para as decisões práticas, políticas e econômicas. O especialista é realmente uma figura imprescindível para o domínio técnico dos processos. Ocupa o lugar do antigo artesão. Porém este especialista deve substituir também a experiência prática e social. Esta é a expectativa que a sociedade deposita nele e que não pode realizar, com honesta convicção e auto-avaliação sóbria e metódica. (GADAMER, 1983, p. 44).

Em um contexto no qual a esfera social invade o espaço público e a condição de convivência e interlocução entre as pessoas foi suprimida pelo desígnio de suprir as necessidades biológicas, os indivíduos sedem o seu lugar de agentes e assim há uma dissolução da relação política propriamente dita, dando assim início a uma administração da vida. Nesse sentido, o indivíduo quando administrado se acha bem atendido, então o universo plural que é propriamente o político, perdeu o sentido.

Houve uma perda do interesse pela coisa pública e uma mudança de enfoque na preocupação dos sujeitos, antes em relação ao mundo comum, agora em relação a existência puramente biológica, essa alteração apresenta o julgamento de que as preocupações

individuais são agora as mais importantes e que a vida em comunidade fica sempre em segundo plano, ou seja, o modelo de organização gira em torno dos interesses individuais e isso é na verdade o avesso da significação da ação política, pois quando a prerrogativa do indivíduo sobrepõe-se a de interesse da coletividade abandona-se o comprometimento com o “nós” e perante de tal conjuntura a experiência se conjugação na primeira pessoa.

Contudo, com o surgimento da esfera social na era moderna, onde a postura do *animal laborans* fica em primazia, a atividade humana que predomina assume especificidades biológicas, segundo Hannah Arendt, dar-se início ao processo de massificação do indivíduo, isto é, desconsideram-se as características e as possibilidades específicas da ação e, particularmente, da ação política, com isso, impossibilita que os sujeitos desempenhem seu papel de agente político pela participação direta, mas, pelo contrário, faz com que os indivíduos apenas satisfaçam suas necessidades orgânicas fundamentais. Hannah Arendt traça algumas etapas do processo pelo qual se atingiu a alienação:

O primeiro estágio dessa alienação foi caracterizado por sua crueldade, pela miséria e pela pobreza material que representou para um número cada vez maior de “pobres trabalhadores” que haviam sido despojados, mediante a expropriação, da dupla proteção da família e da propriedade, isto é, da posse familiar privada de uma parte do mundo e que, até o advento da era moderna, abrigara o processo vital individual e a atividade do trabalho sujeita as necessidades desse processo. O segundo estágio foi atingido quando a sociedade se tornou o sujeito do novo processo vital, como antes a família fora antes o seu sujeito. O pertencimento a uma classe social substituiu a proteção que antes era oferecida pelo pertencimento a uma família, e a solidariedade social passou a ser substituída muito eficaz da solidariedade natural que antes reinava na unidade familiar. Além disso, a sociedade como um todo, o “sujeito coletivo” do processo vital, não permaneceu de modo algum como entidade intangível, como a “ficção comunista” de que necessitava a economia clássica; da mesma forma como a unidade familiar havia sido identificada com um pedaço do mundo possuído privadamente, com sua propriedade, a sociedade foi identificada com uma parte tangível, embora possuída coletivamente, de propriedade, o território do Estado-nação, que até o seu declínio no século XX oferecia a todas as classes um substituto do lar possuído privadamente, despojado da classe dos pobres. (ARENDR, 2010, p. 319).

No fundo dessa questão situa-se a tese de que, desde o início da modernidade, todas as atividades vêm sendo progressivamente entendidas como trabalho, ou melhor vêm também sendo, na verdade, transformadas numa forma de trabalho. A administração pública

se assemelha a administração da casa e a organização familiar se expande ao nível de nação, essa configuração só foi possível quando se instituiu a vitória da necessidade sobre a política e a liberdade, isto é, a vitória do *animal laborans* sobre o homem de ação ocorrendo o que se entende por publicização da vida.

Para Hannah Arendt, é com a exaltação da atividade do trabalho na era moderna, em detrimento das atividades da ação e da obra, que se emergiu um homem ajustado a um ritmo repetitivo do trabalho corporal, o qual vive no mundo no mesmo ritmo metabólico, consumindo e destruindo tudo aquilo que toca, eliminando o mundo fabricado pelos homens rapidamente e impedindo estes de revelarem-se enquanto sujeitos capazes de agir e falar em um campo plural onde o que vai importar são as coisas públicas.

Diante dessa análise, como decorrência do acentuado processo de alienação sofrido pelo homem na era moderna ocorre à homogeneização do indivíduo, é quando, este, equipara-se aos demais em um estado de comportamento regularizado de modo a compor um panorama em que ao conduzir um único indivíduo tem-se a possibilidade para o controle dos demais, essa é uma característica das sociedades de massa, nas quais se verifica o quanto o homem está distante da realidade e afastado do mundo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As distinções desenvolvidas na obra de Hannah Arendt, *A condição humana*, são de grande fertilidade para uma reflexão profunda das relações e posicionamento do homem no mundo, nessa obra a autora conjuga elementos da história, filosofia, religião e política, e o faz de forma bastante original. A pergunta feita pela autora, “O que fazemos quando somos ativos?”, a essa questão, Arendt tenta responder desenvolvendo uma fenomenologia da *vita activa* por meio da caracterização das três atividades fundamentais que a compõe (trabalho, obra e ação), bem como, dos critérios de hierarquização dessas atividades.

A preocupação de Arendt, com a política, está intimamente interligada na compreensão grega da política e, tomando por base o pensamento político grego, Hannah Arendt discorre sobre o conceito de ação em nível onto-fenomenológico e desenvolve um amplo projeto de filosofia política na perspectiva da ação como forma própria de vida humana. Ao entender a ação como a expressão própria da liberdade, pois é ela que assinala a existência da humanidade no espaço público, os homens livres conseguem manifestar-se através da palavra e do agir trazendo algo de novo ao mundo, condição da sua natalidade, pois se distingue dos demais ao manifestar “quem” ele é.

Nesse sentido, das atividades que compõe a *vita activa* a ação é a atividade que pode estar exposta a luz da esfera pública, lugar destinado aos assuntos sobre o bem comum e onde o homem deixa sua marca pelo discurso e o agir entre os homens. As atividades da obra e trabalho, pelo contrário, permaneciam na esfera privada por estarem presas ao âmbito das necessidades, portanto, seu lugar é escondida nas paredes da casa, ambiente para resguardar os assuntos particulares que não mereciam ser expostos ao público. Com a distinção do grau de importância das três atividades, destaca-se o estilo de vida proporcionado por cada uma delas quando as mesmas são levadas a cabo. As variações entre o homem de ação, o *homo*

*faber* e o *animal laborans*, explicita com clareza a qual tipo de atividade se deve priorizar no âmbito da *vita activa*.

Quando, na antiguidade, havia uma linha divisória entre o que era público e o que era privado, se tinha clara em qual posição da hierarquia da *vita activa* cada atividade se localizava, a esfera pública para os assuntos de domínio público e a esfera privada para os temas relacionados à necessidade, logo, do âmbito da privatividade. Contudo, com o advento do social na era moderna, essa separação se rompeu e o que ocorreu foi uma inversão na hierarquia das atividades elementares da *vita activa*. A configuração da esfera social é o resultado de certa mistura entre as esferas privada e pública, na qual, ao invés da ação, a sociedade impõe a normalização de seus membros, e estes, num estado de conformismo, não revidam mais a participação no espaço público.

Nesse sentido, o que ocorre na era moderna com o fenômeno social e as transformações acerca da organização da vida humana, na perspectiva de Arendt, é a de que se abandonou a possibilidade de ação, visto que, com a igualdade e o conformismo inerente a organização social substituiu-se a ação como principal forma de relação humana. Nesse aspecto a organização e a disposição do espaço público ganhou contornos da administração do lar e os problemas respectivos a privatividade assentam-se na luz da esfera pública. Nessa feição, a atividade que ganha amplo destaque é a atividade do trabalho, sendo um fator elementar para alienação do homem em relação ao mundo.

Com a supremacia da atividade do trabalho e seus respaldos na vida humana, como a perda da liberdade e alienação em relação ao mundo e a realidade das coisas, se concretizou o episódio da vitória do *animal laborans*. É a partir da análise de um homem ajustado ao ritmo do processo vital e distanciado da realidade do mundo que o conceito arendteano da vitória do *animal laborans*, assume significado. Refere-se a um dos acontecimentos modernos que mais representa a vivência cotidiana dos homens desde a era

moderna até os dias atuais, portanto, essa é uma discussão absolutamente pertinente e vivificada em nosso tempo.

Nos moldes do *animal laborans* os processos de produção aos moldes do *homo faber* é substituído pelo implacável processo de depreciação de todas as coisas mundanas, nas condições modernas nada é feito para durar, pois a lógica do consumo é inversamente proporcional a permanência e, assim como o processo circular da natureza, destrói tudo que toca. Isto posto, dá-se embasamento para o entendimento de como, na era moderna, o homem perde a sua liberdade alienando-se do mundo, o que o torna incapaz de habitar o domínio público. Isso causa nos homens a inabilidade para a ação, bem como a impossibilidade de revelação do homem enquanto sujeito político.

Neste sentido, a vitória do *animal laborans* é apresentada por Arendt como sendo a vitória de um estilo de vida humano onde a atividade mais importante no campo da vida ativa dos homens é a atividade do trabalho, fato este que vai acarretar diversas consequências para o mundo, seja natural, artificial ou político. Com a vitória do *animal laborans*, o mundo natural tal qual o mundo edificado pelos homens através da obra, é consumido com a mesma velocidade com que o organismo humano consome aquilo que o sustenta, o ritmo é o mesmo da fisiologia humana, onde tudo deve ser destruído o mais rápido possível para que haja vida. Na lógica do homem laborante o consumo é o que nutre a vida, a política deixa de ser um campo de revelação dos homens para ser um aparelho de manutenção da vida humana e ação espontânea entre os homens é substituída pelo comportamento massificado e conformista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Odílio. **A Questão Social em Hannah Arendt**. São Paulo: Ijuí: Unijuí, 2004.

AGUIAR, Odílio. **Filosofia, política e ética em Hannah Arendt**. Ijuí: Unijuí, 2009.

AGUIAR, Odílio. O Poder em Hannah Arendt. In: SIVIERO, Iltomar; ROSIN, Nilva (Org.). **Hannah Arendt: diversas leituras**. Passo Fundo: IFIBE, 2010. p. 27- 61.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11º. ed. Trad. RobertoRaposos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 188- 220.

\_\_\_\_\_. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. Trabalho, obra, ação. In: **Cadernos de Ética e Filosofia Política**. Tradução: Adriano Correia. São Paulo, v. 7, n. 2, 2005, p. 175-201.

BARROS, Halanne. **A Esfera Social e o Homem de Massa**. Cadernos do PET Filosofia, vol. 3, n. 6, p. 27---34, 2012.

CORREIA, Adriano. **A Questão Social em Hannah Arendt**: apontamentos críticos. In: Rev. Filos., Aurora, Curitiba, v. 20, nº 26, p. 101 – 112, jan./jun. 2008.

CORREIA, Adriano. **Quem é o animal laborans de Hannah Arendt?**. Rev. Filos., Aurora, Curitiba, v. 25, n. 37, p. 199-222, 2013.

DUARTE, André. **Hannah Arendt e o pensamento político**: a arte de distinguir e relacionar conceitos. Rev. Argumentos, Fortaleza, v. 5, n. 9, 2013.

DUARTE, André. *O Pensamento à Sombra da Ruptura – Política e Filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GADAMER, Hans-Georg. **A razão na época da ciência**. Trad. Ângela Dias. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: a contribuição de Hannah Arendt. Rev. Estudos Avançado, São Paulo, v.11, n. 30, p. 55-65, 1997.

MAGALHÃES, C. Theresa. **A Atividade Humana do Trabalho [Labor] em Hannah Arendt**. Fafich, Minas Gerais, p. 4-24, 2010.

PASSOS, Fábio A. **A Faculdade do Pensamento em Hannah Arendt**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.